

**Projeto:** Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

**Coordenação:** Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

## Ficha

1) Referência – LIMA, Rodrigo Silva. O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 186 - 201, jan./jun. 2015.

2) Resumo e Palavras-Chave – O presente artigo visa contribuir com os profissionais e militantes da área da infância e juventude nos processos de pactuação e organização política. Objetiva-se demonstrar alguns dados comparativos do orçamento público e das políticas de acolhimento institucional e familiar na cidade do Rio de Janeiro. E, a partir desse breve levantamento, analisar criticamente o peso do orçamento destinado aos abrigos, na política de assistência social, e a lógica da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas.

Palavras-Chave: orçamento; abrigo; família acolhedora; crianças e adolescentes.

3) Objetivo do estudo – O presente artigo visa contribuir com os profissionais e militantes da área da infância e juventude nos processos de pactuação e organização política. Objetiva-se demonstrar alguns dados comparativos do orçamento público e das políticas de acolhimento institucional e familiar na cidade do Rio de Janeiro. E, a partir desse breve levantamento, analisar criticamente o peso do orçamento destinado aos abrigos, na política de assistência social, e a lógica da prioridade absoluta de crianças e adolescentes nas políticas públicas.

4) Tipo de pesquisa – Revisão Teórica.

5) Período da pesquisa – Entre 2002 e 2010.

6) Forma de coleta de dados – Foram realizados o levantamento e a análise crítica de tendências políticas em curso e a sua incidência nas ações destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes, tendo no orçamento público dos abrigos a sua mediação.

7) Forma de análise dos dados produzidos / referencial teórico – Primeiramente é feito um rápido destaque sobre a ênfase dada ao orçamento público nas pautas de algumas entidades da sociedade civil e a relevância do engajamento político de profissionais e pesquisadores da área infantojuvenil. Em um segundo momento, evidencia-se o tratamento dos abrigos nos ordenamentos jurídicos atuais e como a questão do orçamento é importante para reforçar a lógica da “prioridade absoluta” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Por último, são socializados alguns dados da prefeitura do Rio de Janeiro, bem como a composição do orçamento municipal da assistência social, a articulação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à política de atendimento e os valores destinados às políticas de abrigo e ao Programa Família Acolhedora. Com os levantamentos bibliográficos realizados, percebe-se que a produção intelectual de assistentes sociais e intelectuais graduados e pós-graduados em Serviço Social, na última década, vem produzindo percucientes produções sobre economia política, fundo público, financiamento e orçamento das políticas sociais (NETTO e BRAZ, 2007; BEHRING, 2008, 2010, 2012; BRETTAS, 2012; SILVA, 2011, 2012; SALVADOR, 2010), o que se deve a muitos fatores e, em particular, a três: 1) Direção social hegemônica do Serviço Social brasileiro e apreensão do método marxiano e das categorias centrais do materialismo histórico e dialético, como a totalidade, perspectiva de análise e superação da sociabilidade burguesa; 2) Tentativa de superação da herança conservadora, enraizada e reatualizada no discurso de segmentos profissionais expostos a um enxuto e acelerado projeto de formação profissional; e ruptura com a perspectiva endógena que demarcou o Serviço Social em um dado momento histórico; 3) Crescente inserção de assistentes sociais em cargos de gestão e planejamento na estrutura estatal e demandas por discussões sobre as implicações ético-políticas de tais requisições, pois de acordo com Iamamoto “o Estado tem sido o maior empregador dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2008, p. 425). Ao constatar a ascendência de publicações, apoiadas na tradição crítica, que desvelam as tendências político-ideológicas em curso, bem como os dados orçamentários das políticas sociais, os mistérios da canastra orçamentária ainda não se revelam como objeto de relativo peso na produção intelectual do Serviço Social brasileiro e, particularmente, para os pesquisadores da área infantojuvenil. Cabe ressaltar que existem, para os defensores do ECA, publicações recentes e o investimento de pesquisadores sobre a temática, entre as quais a produção de Suguihiro e Anhucci (2013); Salvador e Alves (2012); Suguihiro, Telles e Barros (2011); e Sadeck Filho (2010).

8) Resultados / dados produzidos – Comprovou-se a tese de que há contenção de gastos das políticas para a infância e adolescência, em especial as de abrigo, e a realocação dos recursos da assistência social para o Programa Família Acolhedora. No entanto, com a situação do atendimento ao público usuário de crack os investimentos governamentais, em abrigos especializados, tendem a aumentar. Observa-se que a canastra misteriosa do orçamento está se abrindo, principalmente pelas exigências da legislação que versa sobre a transparência pública, mas ainda falta envolver o CMDCA nas discussões e deliberações da política de abrigo; detalhar, com maior precisão, a destinação desses recursos; avaliar a efetividade das políticas de abrigo e família acolhedora em sua totalidade, informações ainda pouco socializadas e publicitadas.

9) Recomendações – Não identificado.

10) Observações e destaques – Este artigo é o resultado parcial da tese de doutorado intitulada: “Orçamento público dos abrigos municipais no Rio de Janeiro: velhos e novos dilemas”. No entanto, realizamos buscas e não encontramos essa tese no formato online.

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.